NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB

PARECER Nº 1684/2019 – NCI/SESMA

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA-DEUE/SESMA.

FINALIDADE: Manifestação quanto à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 53/2019.

DOS FATOS:

Chegou a este Núcleo de Controle Interno, para manifestação, o Processo Administrativo nº 1043/2019, encaminhado pelo Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos – NSAJ/SESMA, referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR**.

DA LEGISLAÇÃO:

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (licitações e contratos).
Lei n° 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).
Lei n° 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Pregão).
Decreto Federal nº 5.450/2005.
Lei Municipal nº 49.191, de 18 de julho de 2005 (Pregão Eletrônico em âmbito municipal).
Decreto Municipal nº 47.429, de 24 de janeiro de 2005 (Regulamento da modalidade de licitação e Pregão).
Decreto Municipal nº 75.004/2013.
Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 (Regulamenta o sistema de registro de preços).

DA PRELIMINAR:

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal, no art. 15, caput e § 2ª da Lei Orgânica do Município de Belém e no art. 3º, parágrafo único, letra "b" e "c" do Decreto nº 74.245 de 14 de fevereiro de 2013, art. 10, parágrafo único e art. 11 da Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício de controle prévio e concomitante dos atos de gestão, cumpre-nos lembrar de que a consulta, sempre que possível, deverá vir instruída com parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da secretaria, a fim de dar subsídios à manifestação deste Núcleo de Controle Interno, o que no caso concreto esta comprovada. Visando a orientação do Administrador Público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

A análise em tela, quanto realização de Pregão Eletrônico SRP nº 53/2019, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR**, ficará dentro dos parâmetros fixados pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Municipal nº 47.429, de 24 de janeiro de 2005 e Decreto Municipal nº 75.004/2013, que regulamenta a modalidade do pregão, motivo pelo qual, como suporte legal do presente parecer, transcrevemos os seguintes fundamentos Legais:

Decreto Municipal N.º 47.429, DE 24 DE JANEIRO DE 2005.
REGULAMENTO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DENOMINADA PREGÃO
ANEXO I
NORMAS E PROCEDIMENTOS
(...)

"Art. 10. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado;

II - autorização e justificação da licitação;

III - indicação do recurso próprio, acompanhada da declaração do ordenador da despesa;

IV - definição do objeto do contrato, na forma do inciso III do art. 9º;

V - elaboração do termo de referência;

VI - especificação das exigências de habilitação, estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas e demais providências elencadas no inciso II do art. 8º;

VII - ato de designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio;

VIII - confecção do edital e dos respectivos anexos, quando for o caso;

IX - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do inciso I do art. 12;

X - parecer jurídico sobre o edital e a minuta de contrato, se for o caso.".

(...)

"Art. 12. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

a) para bens e serviços de valores estimados em até R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

b) para bens e serviços de valores estimados acima de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

3. em jornal de grande circulação local;

c) para bens e serviços de valores estimados superiores a R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1. por meio eletrônico, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Belém na rede mundial de computadores-Internet;

2. no Diário Oficial do Município;

3. em jornal de grande circulação regional ou nacional;

II - do edital e do respectivo aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lido, consultado ou prestado qualquer esclarecimento sobre o edital, o local e a data onde será realizada a sessão pública do pregão;

III - do edital constarão, também, todos os elementos definidos no inciso II do art. 8º e III do art. 9º as normas disciplinadoras do procedimento, o critério de reajuste e a minuta do contrato, quando for o caso, as condições de pagamento e de recebimento do objeto da licitação, as instruções, as normas para o recurso e outras indicações específicas ou peculiares à licitação;

IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da última publicação do aviso, para os interessados apresentarem seus envelopes de proposta de preços e documentação de habilitação;

V - no dia, hora e local designados no edital será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes contendo proposta de preços e documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao

respectivo credenciamento e comprovar, se for o caso, que possui os necessários poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VI - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados e lacrados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VII - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, verificará a sua conformidade com os requisitos do edital e classificará o autor da oferta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

VIII - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso VII, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

IX - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

X - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

XI - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeito de ordenação das propostas;

XII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

XIV - sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das condições habilitatórias com base no edital, procedendo-se à verificação de que o proponente está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, e as Fazendas Estadual e Municipal, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

XV - para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para o fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade definidos no edital;

XVI - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

XVII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XVIII - nas situações previstas nos incisos XII, XIII e XVII, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIX - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, no final da sessão, manifestar a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese dos seus motivos, quando lhe será concedido o prazo de até 3 (três) dias úteis para a apresentação

das razões do recurso e, desde logo, intimados os demais licitantes a apresentar, caso queiram, contra razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
XX - ao pregoeiro e à autoridade competente é assegurado, a cada um, o prazo de 1 (um) dia útil para informações e julgamento do(s) recurso(s), respectivamente;
XXI - não acolhendo o recurso o pregoeiro prestará as informações, no prazo assinalado no inciso XXII, e remeterá os autos à autoridade competente para decisão;
XXII - o acolhimento de recurso, pela autoridade competente ou pelo pregoeiro, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
XXIII - constatada a regularidade dos atos procedimentais, será feita a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor;
XXIV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final da sessão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;
XXV - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital;
XXVI - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;
XXVII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou recusar-se a assiná-lo, será convocado outro licitante, observadas a ordem de classificação e as exigências habilitatórias constantes do edital, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XVII e XVIII deste artigo;
XXVIII - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.".

Conforme se verificou nos autos todas as regras da fase interna foram atendidas, uma vez que o processo administrativo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, Termo de Referencia, aprovo e autorizo do Secretário Municipal de Saúde, cotação de preço, mapa comparativo, certificação da CGL às fls. 02/116, minuta do edital e seus anexos devidamente analisado pelo Núcleo Jurídico (Parecer nº 564/2019 - NSAJ/SESMA/PMB), autorização para a realização do processo licitatório, na forma do art. 38 caput da Lei nº 8.666/93 e art. 4º II, da Lei n° 12.462/2011, certificação do pregoeiro, bem como a cópia do Decreto nº 91.824/2018-PMB que designa os servidores para atuarem como pregoeiros nos Pregões às fls. 120/159.

Foi juntado nos autos o Edital do Pregão nº 53/2019, bem como o aviso de licitação, iniciando à fase externa da licitação às fls. 160/189.

Dando continuidade a realização do processo licitatório com a fase de aceitação de propostas de preços, envio de documentos originais e cópias autenticadas, foi aberta a sessão no dia 03 de junho de 2019, às 09:05 horas, onde foram divulgadas as propostas recebidas, em seguida os participantes apresentaram seus lances. Os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens considerando as melhores ofertas, aquelas de menor lance e que atenderam as disposições constantes no edital e anexo, conforme inciso XIII do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.429/05.

Foram atendidos os requisitos do edital, foi aberto o prazo para intenção de recursos, conforme prevê o inciso XIX do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.249/05, bem como preconiza o art. 26, do Decreto nº 5.450/2005.

Estando o presente processo devidamente instruído, tendo sido realizado o Pregão Eletrônico SRP nº 53/2019, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR**, a CGL apresenta o Resultado por Fornecedor e o Termo de Adjudicação do Pregão às fls. 488/491, onde consta que as empresas que apresentaram menores lances e atenderam plenamente as disposições editalícias (inciso XIII do art.12 do Decreto Municipal nº 47.429/05), foram as empresas: **MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS - EIRELI (CNPJ: 05.022.486/0001-82),** vencedora dos **Itens nº 1 e 2,** com o valor total de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); **MUNDI EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS EIRELI (CNPJ:20.371.330/0001-09),** vencedora do **Item 3**, com o valor total de R$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais); **IDEAL COMERCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI (CNPJ nº 20.889.946/0001-68),** vencedora do **Item 10,** com o valor total de R$ 5.331,20 (cinco mil trezentos e trinta e um reais e vinte centavos); e **SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 30.313.649/0001-23)**, vencedora dos **Itens 4, 8, 9, 11, 12 e 14**, no valor total de **R$ 80.732,00** (oitenta mil setecentos e trinta e dois reais), perfazendo o valor global da Ata do Pregão no preço de **R$ 91.943,20 (noventa e um mil novecentos e quarenta e três reais e vinte centavos)**.

Conforme informações CGL às fls. 497, encaminhando o processo com vistas à emissão de parecer final, para efetiva homologação, informou que as empresas SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA no item 5, J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES no item 5 e P G LIMA COM EIRELI no item 6, foram inabilitadas, devido não envio dos documentos de habilitação em sua totalidade, conforme exigência do edital. As empresas SÃO BERNARDO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI no item 5, ITACA EIRELI no item 5, JJ COMERCIO DE MATERIAIS, PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPI no item 5 e SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA no item 6, foram recusadas, devido licitante não possui, certificado de conformidade do INMETRO, conforme o subitem 10.3.4 letra "c" do Edital. A empresa SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA no item 7, foi recusada, devido a licitante não possui, registro do Produto na ANVISA, conforme subitem 10.3.4 "b" do Edital. As empresas UNINOX SERVIÇOS, PREMIUM SERVIÇOS E COMERCIO LTDA e BRITO E FEITOSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, não enviaram suas propostas de preços, apesar de convocadas através do chat COMPRASNET, contrariando o disposto item 9.1 do Edital. As empresas IDEAL COMERCIO ALIMENTÍCIOS nos itens 5 e 6, AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI no item 6, ITACAEIRELI no item 6, RAFAEL GONÇALVES NICESO no item 7, PREMIUM SERVIÇOS E COMERCIO LTDA no item 13, LANCE NORTE DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRO nos itens 8 e 9, METAL SOLUTION DO BRASIL IND. DE MÓVEIS LTDA no item 9, por sua vez, solicitaram desistência do chat COMPRASNET devido equívoco no produto e valor ofertado. Por fim, as empresas SQUADRA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA no item 5, LUANA TARACZUK MIVHALISZYN no item 5 e P G LIMA COM EIRELI no item 7, foram recusadas, devido não manifestação quando convocadas através do chat COMPRASNET, no prazo de (cinco) minutos em conformidade com subitens 8.4.2 e 8.4.3 do Edital, na tentativa de negociar o valor proposto para o item em conformidade com o valor estimado. Os itens 5, 6, 7 e 13 (exclusividade participação de ME/EPP/MEI), foram CANCELADOS devido não haver propostas aceitáveis para os itens. Diante o exposto, considerando as Desídias das empresas UNINOX SERVIÇOS, PREMIUM SERVIÇOS E COMERCIO LTDA e BRITO E FEITOSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA em não enviarem suas propostas, é fundamental que seja instaurado o devido processo administrativo para apuração da conduta apresentada na licitação, eis que a desistência do lance/proposta configura conduta passível de aplicação de penalidade de impedimento de licitar por até 5 (cinco) anos, diante de todos os transtornos que causa ao pregão eletrônico na forma da lei e do edital convocatório.

Por fim, o Núcleo Setorial de Assuntos Jurídicos – NSAJ/SESMA através do Parecer nº 960/2019, de 18/07/2019, manifestou-se pela possibilidade de homologação do resultado do pregão nº 53/2019, bem como, pela possibilidade de abertura do devido processo administrativo, para apuração das condutas praticadas pelas empresas UNINOX SERVIÇOS, PREMIUM SERVIÇOS E COMERCIO LTDA e BRITO E FEITOSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

Desta forma demonstramos que através do exercício da legalidade e conveniência, pela autoridade superior previsto nos incisos XXI e XXII do art. 4º da Lei nº 10.520/02 c/c inciso XXIII do art. 12 do Decreto Municipal nº 47.429/05, o presente processo licitatório poderá ser Homologado confirmando, assim, todos os atos praticados no Pregão Eletrônico SRP nº 53/2019.

CONCLUSÃO:

No transcorrer dos trabalhos de analise do Processo em referencia, conclui-se, que o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 53/2019, **ENCONTRA AMPARO LEGAL**.

Para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Para, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução nº 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014, face à correta aplicação dos ditames da Lei nº 8.666/93, considerando que fora analisado integralmente o referido processo, pelo que declaramos que o processo encontra-se **EM CONFORMIDADE**, revestido de todas as formalidades legais, na fase interna e externa, portanto encontra-se apto a ser Homologado e gerar despesas para a municipalidade.

MANIFESTA-SE:

a) Que seja instaurado o devido processo administrativo para apuração das condutas apresentas pelas empresas UNINOX SERVIÇOS, PREMIUM SERVIÇOS E COMERCIO LTDA e BRITO E FEITOSA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA na licitação, onde a desistência do lance/proposta configura conduta passível de aplicação de penalidade de impedimento de licitar;

b) Pela possibilidade de Homologação do resultado do Pregão Eletrônico SRP 53/2019, referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR**, para a Unidade de Pronto Atendimento de Icoaraci (UPA DAICO)**.**

É o nosso parecer salvo melhor entendimento.

Belém/PA, 02 de agosto de 2019.

MARCELO DE JESUS CORREA FERREIRA
Administrador – NCI/SESMA

De acordo. À elevada apreciação Superior.

EDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO:82236968272
Assinado de forma digital por EDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO:82236968272
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=AR SERAMA, cn=EDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO:82236968272
Dados: 2019.08.02 08:45:00 -03'00'

ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO
Coordenador Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA